

Executivo anuncia hoje o Orçamento de Cz\$ 10 tri

31 AGO 1988

JORNAL DE BRASÍLIA

As receitas e as despesas do Governo para 1989 serão de Cz\$ 10,04 trilhões, segundo a proposta da Lei do Orçamento Geral da União para 1989, aprovado no final da noite de ontem pelo presidente José Sarney, e que hoje deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional.

A grande novidade é que a receita da União será de Cz\$ 5,9 trilhões, mais cerca de Cz\$ 400 milhões de outras receitas, devendo Cz\$ 4,1 trilhões resultar de operações de crédito interno e externos.

Correção

Esse Orçamento, que implica a transferência de um volume enorme de encargos da União para os Estados, municípios e para a iniciativa privada, através do programa de desestatização, foi fixado com base no Orçamento da União de 1988 revisto em junho e projetado para janeiro do próximo ano, quando poderá sofrer uma nova correção em função da sua indexação pela OTN, URP e a taxa cambial.

O novo Orçamento da União prevê ainda cortes profundos nos gastos do Governo do Distrito Federal, estando sendo recomendados ainda a fusão e extinção de diversos órgãos ligados à administração de Brasília.

A proposta do Governo foi debatida ontem até o final da noite pelo presidente José Sarney com os ministros do Planejamento, João Batista de Abreu, e da Fazenda, Maílson da Nóbrega, além dos chamados "ministros da casa", Ronaldo Costa Couto, Gabinete Civil, Rubem Bayma Dennys, do Gabinete Militar, Ivan de Souza Mendes, do Serviço Nacional de Informações, e Saulo Ramos, consultor-geral da República.

Divulgação

A divulgação oficial do documento só se dará hoje, contudo, porque o Presidente quer dispor, até o último momento, do poder de alterar o que vier a achar conveniente. A idéia, entretanto, segundo o porta-voz do Palácio do Planalto, é manter o texto originário da Secretaria de Planejamento, amplamente discutido com o Presidente nas diversas reuniões realizadas nos palácios do Planalto e da Alvorada com os respectivos ministros envolvidos na sua elaboração.

Caberá ao subchefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Henrique Hargreaves, a entrega do documento do Executivo ao presidente do Congresso Nacional,

senador Humberto Lucena, a quem caberá a sua redistribuição para a Comissão de Orçamento, cujo presidente é o deputado Cid Carvalho (PMDB-PE).

O Governo deverá acompanhar a tramitação do documento no Congresso desde o primeiro dia. O próprio ministro João Batista de Abreu está disposto a ir ao congresso ou à Comissão fazer uma exposição geral sobre o assunto. João Batista colocará à disposição do Congresso alguns de seus assessores para assessorar os trabalhos de exame da proposta da nova Lei do Orçamento da União.

Ontem, o ministro do Planejamento fez também uma longa exposição ao presidente José Sarney sobre as explicações contidas na apresentação da mensagem da Lei do Orçamento ao Congresso.

Em seguida a apresentação do Orçamento, os ministros da área econômica do Governo retomam imediatamente os estudos de proposta de uma nova política tributária para o País, e que envolverá a extinção de todos os estímulos e subsídios, uma redistribuição de rendas entre Estados, União e municípios, a extensão da tributação para segmentos até então beneficiados por isenções.